



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO Nº , DE 2011

(Da Sra. Deputada Erika Kokay)

Requer a aprovação de Moção de Repúdio às práticas antissindicais cometidas pela empresa de serviços terceirizados PH SERVICE como coação, assédio moral, intimidação e a sumária e injustificada demissão de seus funcionários da portaria da Universidade de Brasília (UnB).

Senhora Presidenta,

Com amparo nos dispositivos aplicáveis do Regimento Interno desta Casa, venho requerer que seja aprovada Moção de Repúdio às ações antissindicais deflagradas pela empresa de serviços terceirizados PH SERVICE. A referida empresa é autora de uma série de violações como coação, assédio moral, intimidação e demissão vários de seus funcionários nos últimos meses, de forma sumária e injustificada.

É sabido que a PH SERVICE firmou contrato com a Universidade de Brasília em fevereiro de 2010. Segundo informações dos próprios funcionários, de lá para cá, a empresa já demitiu cerca de 200 (duzentos) funcionários terceirizados da portaria. De acordo com a Comissão de Trabalhadores, cuja criação se deu por orientação da reitoria, alguns funcionários foram obrigados a pedir demissão. Quando se recusavam a fazer tal pedido, imediatamente a empresa os dispensava, dando a entender que os mesmos estariam de aviso prévio. Após o cumprimento deste, a empresa os demitia, sob alegação de que eles teriam incorrido em abandono de trabalho.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Além dessa prática antissindical, a PH SERVICE inclusive tem coibido reiteradamente a liberdade de atuação da Comissão dos Trabalhadores no âmbito da Universidade. Uma série de outras irregularidades foram levadas ao conhecimento do Ministério Público do Trabalho mediante uma carta-denúncia elaborada pelos porteiros lotados na UnB.

Na carta, protocolada em 13 de agosto de 2010 sob o nº 08140.4431, os servidores relatam que a empresa não cumpre os principais itens da Consolidação das Leis Trabalhistas. Dentre muitos, o documento cita o não-pagamento integral dos vencimentos dos salários, dos tíquetes de alimentação e do vale-transporte, que desde o primeiro mês de trabalho (01 de fevereiro de 2010), não havia sido pago a cerca de 30% a 40% dos trabalhadores. No final do documento, a categoria sugere que seja aberta uma sindicância em todos os contratos que a UnB firmou até o momento com empresas prestadoras de serviços terceirizados, uma vez que a maioria tem pendências trabalhistas com seus funcionários.

A categoria, que hoje conta com 490 porteiros escalados em quatro grupos de trabalho, também denuncia a empresa por danos morais e constrangimento e afirmam que estão muito preocupados com a possibilidade de que ela, a exemplo de outras terceirizadas, aplique o calote em seus funcionários.

Deste modo, com amparo na CLT e tendo em mente que a Constituição Brasileira de 1988 garante a plena e irrestrita liberdade de organização e atuação sindical, a prática de ações antissindicais representa definitivamente a fragorosa negação de um direito democrático conquistado após anos de debates e de muita luta dos trabalhadores brasileiros de diversas categorias.

Ressalto ainda, que a Declaração Universal dos Direitos Humanos estabelece o direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, à remuneração justa e satisfatória e o direito de organizar sindicatos e neles ingressar para a proteção de seus interesses. Por



CÂMARA DOS DEPUTADOS

isso, diante da gravidade da situação ora exposta, vimos apresentar essa Moção de Repúdio às práticas antissindicais da PH SERVICE, às quais condenamos veementemente.

Sala das Sessões, em 16 de novembro de 2011.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – PT/DF